



**GABINETE DO DEP. ESTADUAL CEL. CARLOS AUGUSTO  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ – ALEPI**

**PROJETO DE LEI Nº 166, DE 2022.**

**LIDO NO EXPEDIENTE**

Em, 22/11/22

[Assinatura]  
1º Secretário

“Altera a redação da Lei nº. 3.529, de 20 de outubro de 1977, para possibilitar a realização de termo de compromisso de gestão a ser celebrado entre a secretária de estado de saúde e a polícia militar do Estado do Piauí, por intermédio do Hospital da Polícia Militar do Piauí.”

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ,**

**A GOVERNADORA DO ESTADO DO PIAUÍ,** faço saber que o poder legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** O artigo 28 da Lei nº. 3.529, de 20 de outubro de 1977 passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 28.** Os órgão de Apoio compreendem:

.....  
§3º. A Polícia Militar do Piauí poderá firmar termo de compromisso de gestão por intermédio do Hospital da Polícia Militar do Piauí com a Secretaria de Estado da Saúde do Estado do Piauí, com a finalidade de destinar trinta por cento dos leitos clínicos e de unidade de terapia intensiva para militares da ativa e da reserva, bem como aos seus cônjuges e dependentes até segundo grau consanguíneos ou por adoção.

**Art. 2º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

[Assinatura]



**GABINETE DO DEP. ESTADUAL CEL. CARLOS AUGUSTO  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ – ALEPI**

**JUSTIFICATIVA**

O Hospital da Polícia Militar do Piauí fundado em 21 de abril de 1972 possui dentre os seus beneficiários os servidores militares estaduais do estado do Piauí e seus dependentes, bem como os da inatividade remunerada e seus dependentes, conforme art. 3º do Regimento Interno do Hospital da Polícia Militar, aprovado por decreto nº. 13.565, de 10 de março de 2009.

Nesse contexto e tendo como parâmetro o termo de compromisso de gestão realizado entre a Polícia Militar do Rio Grande do Norte e a Polícia Militar do Rio Grande do Norte, em que naquele documento disponibilizaram leitos para atender a demanda dos policiais militares e dependentes, se faz imperiosa, a necessidade de legislar sobre este importante assunto, para melhorar a qualidade de vidas dos nossos policiais militares.

Salienta-se que a possibilidade de realizar este termo de compromisso vai ao encontro com a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, mas especificamente conforme o art. 6º da Lei Nº. 13.657 de 2018, nos seus incisos XXI e XXII, que prever como objetivos dentre outros: estimular a criação de mecanismos de proteção dos agentes públicos que compõem o sistema nacional de segurança pública e de seus familiares e estimular e incentivar a elaboração, a execução e o monitoramento de ações nas áreas de valorização profissional, de saúde, de qualidade de vida e de segurança dos servidores que compõem o sistema nacional de segurança pública.

Com base no que foi exposto e diante do interesse público que a proposição abrange pede-se e aguarda, a sua aprovação.

**SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ,  
em 22 de Novembro de 2022.**



**CEL. CARLOS AUGUSTO**  
Deputado Estadual – **MDB**